

Perspetiva das ONGD sobre a ENED

Uma estratégia para a mudança

Por uma “EDCG conhecida e afirmada na sociedade e que aumente a visibilidade entre os demais atores, em prol de um mundo mais equitativo e sustentável assente nos direitos humanos, na dignidade humana e no bem comum.”

ÍNDICE

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E A CIDADANIA GLOBAL	2
O PERCURSO DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E A CIDADANIA GLOBAL E O PAPEL DAS ONGD NO REFORÇO POLÍTICO DA ENED	4
PERSPECTIVAS DE FUTURO – RECOMENDAÇÕES	8
Alargamento e consolidação da relevância política da ENED	9
Capacitação, Acompanhamento e Avaliação	11
A Comunicação e a Visibilidade	12
Operacionalização da ENED	13
Programação Orçamental	15

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E A CIDADANIA GLOBAL

A Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global (EDCG) “centra-se na problematização de questões relacionadas com o desenvolvimento (conceitos, modelos, políticas e práticas), incluindo a problematização dos conceitos de desenvolvimento e de educação, coloca em evidência as relações de interdependência no contexto internacional e aborda especificamente as relações de poder e o seu impacto em termos de assimetrias socioeconómicas globais, nacionais e locais. Esta problematização assenta ainda numa constante e interdependente reinterpretação das realidades, designações e abordagens referentes ao “Norte” e “Sul” globais e às relações internacionais. As expressões “Norte global” e “Sul global” pretendem representar as relações de assimetria de poder e de riqueza à escala global, sem acantonar riqueza e pobreza em coordenadas geográficas exclusivas, reconhecendo assim que há nortes no Sul e seus no Norte.”¹

Num mundo cada vez mais polarizado e afetado por crises ambientais, sociais e políticas em que os extremismos ganham espaço, ameaçando os Direitos Humanos, a paz e a prosperidade das nossas sociedades, a Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global oferece uma visão holística e global das interligações das causas dos problemas do Desenvolvimento, beneficiando do conhecimento, aprendizagem e identidade enraizada na Cooperação para o Desenvolvimento. Ela é por isso fundamental na resposta aos problemas globais que afetam o planeta e a humanidade, procurando um mundo justo e sustentável, com dignidade e justiça social para todas as pessoas, em todo o lado, a partir de uma maior compreensão e capacidade de ação perante as exigências de uma sociedade em constante mutação. A Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global tem um papel crucial no entendimento dos desafios globais que se colocam ao processo de desenvolvimento, no reforço do pensamento e da reflexão crítica, na mobilização dos/as cidadãos/ãs e na consciencialização da opinião pública. A EDCG apresenta-se como um instrumento imprescindível na formação de uma sociedade informada e esclarecida e no reforço das democracias, que tem o respeito pela diversidade e a geração de consensos como característica fundamental. Num momento marcado pelo recrudescimento de movimentos nacionalistas e extremistas um pouco por todo mundo, com o aumento de tendências xenófobas e populistas a nível internacional, acompanhado do extremar de posições e forte divisionismo ideológico, em muito motivados pelo incremento das fake news e da desinformação,

¹ In Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022, p.13.

principalmente nos meios digitais, e de um aumento dos fatores de conflitualidade e desigualdade potenciados pela Pandemia COVID19, pela Guerra na Ucrânia e pela emergência climática. A EDCG surge como uma intervenção promotora do diálogo, que procura incentivar à reflexão crítica e à mobilização dos/as cidadãos/ãs para a mudança, fundamental para garantir que o mundo caminha no sentido da justiça e da sustentabilidade globais. Dado o crescimento destas tendências em Portugal nos últimos anos, também no país importa priorizar o fortalecimento da educação, e da EDCG em particular, e da confiança na informação que é veiculada por vias oficiais e com base em fontes verificáveis.

Os baixos níveis de escolaridade do país, e uma ausência generalizada de informação pública sobre EDCG, a par de uma diminuta ação política e uma escassez de recursos (nomeadamente financeiros para a EDCG), exacerbada pelo impacto da pandemia covid-19, têm limitado o aprofundamento do conhecimento sobre este setor a nível nacional.

Importa assim, na perspetiva da Plataforma Portuguesa das ONGD e das suas Associadas, reverter esta realidade, através de uma maior aposta na comunicação e visibilidade dos desafios globais, através de um trabalho sistemático com os media nacionais, de modo a aprofundar o seu interesse pelo setor; e na priorização da dimensão de *advocacy* e influência política junto de decisores/as e agentes políticos/as em geral.

Neste ponto, o papel das ONGD tem-se revelado fundamental na influência política para a EDCG e na sensibilização e mobilização dos cidadãos e das cidadãs, através de abordagens educativas, para as questões do desenvolvimento, procurando demonstrar a interligação entre as causas dos problemas, numa perspetiva holística, contribuindo para a criação de um mundo mais justo e sustentável. O seu trabalho estende-se a vários níveis e incide em diversos âmbitos: as ONGD não contribuem apenas para o desenvolvimento de iniciativas e projetos de EDCG e para a implementação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento; são criadoras de espaços de diálogo e debate político, de ligação e suporte das sociedades civis em várias geografias; de promoção da reflexão crítica em espaços políticos, educativos e sociais; são ferramentas de escrutínio, investigação e denúncia em prol dos Direitos Humanos; são incentivadoras da coesão entre diferentes perspetivas e apresentam-se como mediadores de conflitos; são produtoras de conhecimento, de conteúdos, de fontes de informação e investigação; são promotoras da mudança nos diferentes contextos onde atuam, e porque lidam diretamente com os problemas globais e procuram encontrar soluções para os mesmos, são a voz coletiva de quem muitas

vezes não se pode pronunciar; são desconstrutoras dos sistemas que alimentam as cadeias de poder e promovem as desigualdades; e são um interlocutor fundamental nas questões do Desenvolvimento.

A necessidade de uma aposta na sensibilização e consciencialização dos/as jovens para os problemas atuais a nível global, bem como as suas causas, assim como para o reforço da cidadania ativa, determina a importância de **refletir e aprofundar o papel da EDCG, tanto em termos de educação não formal, como no sistema de ensino**. Esta é uma questão determinante para a construção de uma escola diferente que priorize uma abordagem holística e integral do desenvolvimento de cada pessoa.

Desta forma, **urge criar oportunidades de incrementar a visibilidade da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED)** a nível nacional, com vista à sua transversalização, ao seu favorecimento e ao seu maior (re)conhecimento e valorização.

Paralelamente, **devem existir outros incentivos estruturais de promoção da EDCG, nomeadamente ao nível da capacitação, da orçamentação, da governação, e da ação**. Por este motivo, a existência de uma Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento é fundamental, pois cria condições políticas para a consolidação das ações, que são essenciais para provocar a mudança que a EDCG preconiza, na construção de sociedades mais justas, inclusivas e equitativas.

O PERCURSO DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E A CIDADANIA GLOBAL E O PAPEL DAS ONGD NO REFORÇO POLÍTICO DA ENED

As décadas de 50/ 60/ 70 foram determinantes para a Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global (EDCG), tendo-se destacado o papel das Organizações Não Governamentais do Desenvolvimento (ONGD) na denúncia dos sistemas que alimentavam e perpetuavam as desigualdades sociais à escala global e na procura de soluções para ultrapassar essas desigualdades. Nos últimos anos, a EDCG tem-se consolidado através do esforço de vários outros atores e intervenientes que se juntaram na promoção desta abordagem para a mudança, tanto na esfera pública, trazendo os temas críticos para o espaço público, como na esfera política, num trabalho de proximidade com e entre os atores políticos – ao nível dos Governos e das instituições públicas que tutelam o setor da Cooperação e do Desenvolvimento em vários países.

Portugal é um bom exemplo da prossecução de um caminho de consolidação, principalmente marcado e incentivado nos últimos anos pelo papel que as ONGD assumiram. Com a aprovação da lei sobre o

estatuto das ONGD, em 1998 ([Lei 66/98 de 14 de Outubro](#)), surge um dos primeiros marcos em termos de reconhecimento formal da Educação para o Desenvolvimento, sendo destacada como uma das áreas de trabalho das ONGD. Em 2001, várias ONGD associadas da Plataforma Portuguesa das ONGD (PPONGD), criaram o Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento, que desde então se tem assumido como um espaço de reflexão, análise crítica, e partilha de conhecimento e práticas, que muito tem contribuído para a evolução da EDCG.

Em 2005, o documento estratégico da Cooperação Portuguesa (Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa), estimula e promove o desenvolvimento de ações de Educação para o Desenvolvimento (ED). No mesmo ano, e pela primeira vez, foi criada pelo então IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (atualmente Camões, IP), uma linha de cofinanciamento anual para projetos de ED destinado às ONGD portuguesas e que vigora até aos dias de hoje.

Depois deste reconhecimento da ED como área estruturante da intervenção da Cooperação Portuguesa, e das ONGD em particular, a importância da ED tem sido sistematicamente reiterada nas Estratégias da Cooperação subsequentes. Aprovada no final de 2022, a Estratégica da Cooperação Portuguesa 2030 (ECP 2030)² sublinha a necessidade de “reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED, alargar o alcance e qualidade dessa ação, afirmar a sua importância e promover a transversalização da ED a múltiplos níveis.

A atuação da Cooperação Portuguesa nesta dimensão passa por mobilizar um conjunto diversificado de atores e parceiros, bem como por envolver recursos humanos e financeiros aplicados especificamente a esta área, incluindo no apoio à atuação da sociedade civil.”

Em 2010, a aprovação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED 2010-2015), marcou um ponto de viragem extremamente relevante da ED em Portugal, uma vez que institucionalizou um compromisso político com a ED, e comprometeu as entidades intervenientes na mesma na progressão dos seus objetivos. Com a aprovação da Estratégia foi aprovado o Plano de Ação da ENED.

Em 2016 foi aprovado o Referencial de Educação para o Desenvolvimento, desde o Ensino Pré-Escolar ao Ensino Secundário, que enquadra a dimensão pedagógica de ED. Este referencial foi elaborado pelo Ministério da Educação, através da Direção-Geral da Educação, em parceria com o Camões IP, o

² In Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030: <https://files.dre.pt/1s/2022/12/23600/0004600086.pdf>.

CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral e a FGS - Fundação Gonçalo da Silveira, e permitiu a consolidação do alargamento da ED a outras áreas setoriais.

O investimento e a aposta da Comissão de Acompanhamento da ENED e das Entidades Subscritoras do Plano de Ação (ESPA) da ENED, então constituídos como dois grupos de trabalho com responsabilidades distintas perante a execução da Estratégia, efetiva-se em 2018 com a aprovação de uma nova ENED em Resolução de Conselho de Ministros (ENED 2018-2022). A coordenação, gestão e promoção das orientações estratégicas definidas na ENED 2018-2022 ficou incumbida a uma Comissão de Acompanhamento (CA), composta pelo Camões IP, que preside e providencia o secretariado, pela Direção-Geral da Educação, pela Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento e pelo CIDAC — Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral, enquanto membro do *GENE - Global Education Network Europe*. A promoção e implementação da ENED 2018-2022 ficou à responsabilidade de um grupo alargado de Entidades Subscritoras do Plano de Ação, que compreende os membros da CA e todas as demais entidades envolvidas no processo de elaboração da presente ENED 2018-2022, podendo ser convidadas outras entidades consideradas relevantes para a intervenção em Educação para o Desenvolvimento. Ambas as estruturas se mantêm em funcionamento até hoje.

Em 2018, a par deste processo, a Plataforma Portuguesa das ONGD apresenta a sua [Narrativa de Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global](#), que resulta de um processo de reflexão interna com o contributo de várias organizações associadas, assim como de atores de outros setores, recolhidos em momentos de debate públicos. Este processo de reflexão e o documento resultante é atualmente usado pela Plataforma como referência conceptual para a ED/EDCG, e marca um posicionamento determinante para o alargamento e transversalização da ED/EDCG.

Em Portugal, foram assim já desenvolvidas duas Estratégias de Educação para o Desenvolvimento (ENED 2010-2016 e a ENED 2018-2022), fruto de um processo de construção conjunta entre várias entidades públicas e da sociedade civil e do reconhecimento nacional e internacional da sua relevância social, política e educativa.

Reconhecendo a sua responsabilidade em trabalhar em prol da criação de condições de atuação da sociedade civil em ED e em encetar esforços de sensibilização para a importância dos temas do setor, a Plataforma Portuguesa das ONGD tem assumido, desde o início, um papel preponderante como membro da Comissão de Acompanhamento da ENED 2018-2022. Todo o trabalho desenvolvido tem

seguido as tendências internacionais de afirmação e consolidação da ED, com outras estratégias e referenciais assumidos por outros Estados-Membros da União Europeia, e uma série de iniciativas e de documentos adotados no âmbito de organizações internacionais, como as Nações Unidas, a UE, a CONCORD Europe (European confederation of NGOs working on sustainable development and international cooperation), o *Global Education Network Europe* (GENE) entre outros, que têm apresentado um enquadramento internacional como a Declaração para a Educação Global, a Agenda 2030, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável da UNESCO, e que muito têm contribuído para moldar o quadro de referência nacional.

Embora existam casos semelhantes a nível europeu, a realidade nacional tem-se distinguido como um bom exemplo no que diz respeito ao nível de qualidade dos processos associados à ENED. O processo colaborativo de construção, implementação e acompanhamento da ENED é, por isso, uma referência a nível internacional: a política pública, que vincula o Governo e as instituições públicas portuguesas, é construída de forma participativa, contando com a representação de várias instituições públicas e da sociedade civil, entre as quais a Plataforma Portuguesa das ONGD, vinculando-as também à implementação do Plano de Ação. As organizações contribuem voluntariamente na promoção da Estratégia, colocando em proveito da mesma os seus recursos e disponibilidade.

O desenho, a monitorização, acompanhamento e avaliação de uma política pública com a participação dos vários intervenientes interessados, e a constituição de uma Comissão de Acompanhamento diversificada e plural, com uma grande cultura de avaliação e concertação, é da maior relevância, sobretudo no fortalecimento da democracia. Enquanto representante de organizações da sociedade civil, a participação da Plataforma integra-se verdadeiramente nestas dinâmicas de diálogo entre os/as cidadãos/ãs e as instituições do Estado, que melhor servem a transformação promotora do bem comum e da dignidade de todas as pessoas, em todos os lugares.

Chegado o momento da delineação de uma nova estratégia nacional para a ED, é importante analisarmos o que aprendemos durante o caminho traçado até ao momento.

Atendendo a esse percurso, é primordial **assegurar a vinculação política de uma próxima ENED, em resolução de Conselho de Ministros**, garantindo a sua dimensão multisetorial, bem como um **modelo de governação e uma estrutura robusta de apoio à implementação e ao acompanhamento**, capaz de assegurar o cumprimento dos seus objetivos, medidas e ações.

Assim, considerando a complexidade e multiplicidade da resposta que é necessário dar às múltiplas crises que vivemos, é fundamental um trabalho holístico, entre as diferentes áreas setoriais, num saudável equilíbrio de perspetivas e pontos de partida, propício à discussão, ao diálogo e ao pensamento crítico. Nesse sentido, **é importante desenhar a nova ENED de uma forma participada e colaborativa**, à semelhança das anteriores, **incluindo nesse processo as ESPA, entidades internacionais relevantes** (tais como o GENE, CONCORD, Forus, Centro Norte-Sul, OCDE...) e **alargando a novos atores**, de forma a exponenciar o impacto da mesma através do esforço coletivo, para além daquilo que cada um, individualmente na sua área setorial, consegue concretizar. **Reconhecendo o conhecimento e experiência das ONGD portuguesas em EDCG, é também imperativo que as mesmas sejam amplamente consultadas**, bem como outras organizações da sociedade civil, representativas dos cidadãos/ãs portugueses/as, que tenham a EDCG como uma forma de intervenção.

PERSPECTIVAS DE FUTURO - RECOMENDAÇÕES

O [relatório de avaliação final da ENED 2018-2022](#) ressalta a impossibilidade de “apreciar com profundidade a concretização dos objetivos, que remetem para efeitos/mudanças, em parte associados a processos amplos de transformação social, a partir da aferição do cumprimento das metas, sustentada em indicadores meramente quantitativos e de execução”³ do Plano de Ação da ENED. Considerando a relevância social, política e educativa da ENED, e indo ao encontro de uma abordagem que tem a Teoria da Mudança como base, seria importante assegurar que, numa perspetiva global, a próxima ENED:

1. **reflete, de uma forma mais estratégica, os efeitos e as mudanças a alcançar**, bem como uma **maior coerência e consonância entre os objetivos, medidas, ações** (incluindo metas e indicadores), conforme a avaliação final indica. Isso significa que a uma futura ENED deve refletir sobre os contributos estratégicos para a transformação social, com prioridades ambiciosas e que demonstrem uma vontade expressa de provocar a mudança. Para isso, não pode sustentar-se meramente no contributo que as demais entidades podem assegurar, mas no

³ Avaliação Externa, Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 - Relatório Final, pp 9.

- impacto da política para a mudança e transformação social que a mesma pretende efetivamente ter na sociedade portuguesa;
2. **prevê uma efetiva avaliação de impacto das ações e iniciativas de EDCG** implementadas pelas várias entidades ao longo dos próximos anos e as mudanças resultantes das mesmas, incluindo um **mecanismo que permita a medição de indicadores de impacto** nos futuros processos de monitorização e acompanhamento. Esta medida permitiria também seguir as recomendações internacionais e consolidar o contributo que Portugal tem dado enquanto país na linha da frente das políticas de EDCG;
 3. **assenta num modelo de governação robusto e concertado pelas partes interessadas** (que implique a implementação, monitorização e avaliação da política pública), **com recursos e meios apropriados** para assegurar a sua missão, **segundo a abordagem colaborativa, de aprendizagem e avaliação crítica** do trabalho desenvolvido.
 4. **Se apresenta de uma forma conceptualmente clara para todos os intervenientes**, com base num entendimento comum centrado na problematização de questões relacionadas com o desenvolvimento (desde os conceitos, aos modelos, políticas e práticas), **e que seja reconhecida e afirmada na sociedade, aumentando a visibilidade entre os demais atores**, em prol de um mundo mais equitativo e sustentável assente nos direitos humanos, na dignidade humana e no bem comum.

Do ponto de vista da Plataforma os aspetos globais acima referidos são essenciais para que a ENED seja uma política que promova verdadeiramente a transformação social.

Num âmbito mais específico, importa ter em atenção aspetos relacionados com outras dimensões, nomeadamente ao nível da **Alargamento e Consolidação** da relevância política, **Capacitação**, da **Comunicação e Visibilidade**, da **Operacionalização**, e da **Programação Orçamental**.

- ***Alargamento e consolidação da relevância política da ENED***

Para incrementar o espaço de ação da EDCG, identificar e construir respostas aos desafios e aos desequilíbrios globais que incentivem políticas sustentáveis que atendem ao bem comum e contribuem para percorrer novos caminhos de coesão e equidade social, é importante salvaguardar que, a nível político, a nova ENED:

1. Reconhece a **EDCG como uma forma de ação política na contraposição da polarização a que assistimos**, garantindo que os/as “cidadãos e cidadãs abrangidos pelas ações da ENED, responsáveis, comprometidos e comprometidas com um processo de transformação social, nomeadamente de consciencialização e mobilização para as questões do Desenvolvimento, da proteção dos direitos humanos, da promoção de uma cultura de paz e de democracia, da promoção da justiça social, da defesa de sustentabilidade ambiental, económica e social, da não discriminação e da igualdade”⁴, encontrem, por via da ENED, espaços de participação efetiva.
2. Promove o conhecimento dos ODS, visando a redução das desigualdades globais, tendo em conta a influência das relações de poder no acesso ao bem-estar.
3. **Aposta no reforço da relevância política e social da EDCG**, incrementando o alcance geográfico e o alargamento a diferentes setores, enquanto fator determinante para a promoção da coerência das políticas para o desenvolvimento. Além disso, importa **reforçar a cooperação e coordenação interministerial no desenvolvimento de estratégias, políticas e iniciativas nacionais** de Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global, bem como **reforçar a articulação entre representantes de Agências Governamentais, Direções-Gerais e Ministérios** (tutelas), num caminho de transversalização da EDCG.
4. Estimula as **ações colaborativas entre organizações e movimentos da sociedade civil e entre estas e os organismos públicos**, tendo por base o reconhecimento do Estado Português ao nível do papel das ONGD em matéria de Educação para o Desenvolvimento.
5. **Continua a promover a consolidação e a concertação entre as ESPA e a reforçar o seu espaço de atuação em termos de EDCG**, valorizando o modelo de gestão atual da ENED, que tem sido reconhecido a nível nacional e internacional.
6. **Valoriza a especificidade da EDCG na relação com a especificidade de todas as “Educações para...”**, e **vice-versa**, num trabalho simbiótico e complementar, alicerçado na experiência e no *know-how* das ONGD, que mantém a identidade própria da EDCG, e transversaliza e alarga a própria abordagem concetual, simplificando-a de forma a ser apreendida pelo público em geral. Neste ponto, **deverá ser considerado o alargamento a novas ESPA relevantes no setor**.

⁴ Impacto da Teoria da Mudança da ENED, [Relatório de Avaliação Intermédia da ENED 2018-2022](#), Logframe, pág. 30.

7. Reforça **iniciativas de carácter político**, nomeadamente através da promoção de eventos como o Fórum ED, reuniões com/entre diferentes atores políticos, reuniões com/entre outras organizações e movimentos da sociedade civil, etc.
8. **Investe na investigação, na sistematização de evidências, no estudo da EDCG**, de forma a fortalecer o pensamento crítico e a evolução da própria EDCG e providencia conteúdos apropriados para a elaboração de *policy papers* e documentos estratégicos, para o apoio às ações de diálogo com decisores políticos, entidades governamentais, e ao nível das relações diplomáticas de Portugal com outros países.
9. **Acompanha a Declaração Europeia sobre Educação Global até 2050**, desenvolvida pelo GENE, representando uma oportunidade para Portugal continuar a demonstrar a sua relevância a nível internacional, e segue as linhas orientadoras para os Estados Membro, que permitirão “aumentar a ênfase na Educação Global no âmbito de políticas e estratégias nacionais relevantes em todos os domínios governamentais, incluindo nas políticas e nas estratégias de educação - formal, não formal e informal e desde a primeira infância até à educação de adultos”.⁵
10. Implementa as **recomendações do Peer Review do GENE – Global Education Network Europe a Portugal**, adiado na última ENED devido à pandemia.

- **Capacitação, Acompanhamento e Avaliação**

Embora a análise global seja positiva, e os resultados da avaliação final demonstrem a qualidade e a importância de todo o trabalho desenvolvido no quadro da ENED 2018-2022, alcançar objetivos mais ambiciosos exige que a aposta no processo de reflexão, capacitação e aprendizagem, acompanhamento e avaliação seja reforçada. Seguindo as recomendações do relatório, é importante garantir que a nova ENED:

1. Promove mecanismos e momentos de capacitação, assentes em processos de diagnóstico e consulta às partes interessadas, nos quais as ONGD poderão ter um papel fundamental na formação das organizações (incluindo as ESPA) e dos agentes multiplicadores em EDCG. Este tipo de incentivo, que

⁵ [Declaração Europeia sobre Educação Global até 2050](#), versão portuguesa, pp 4.

- 2.
- 3.
4. deve passar por práticas diversificadas de capacitação, poderá ser um enorme contributo para a consolidação institucional da EDCG em Portugal, mas também para proporcionar um espaço de concertação e consensualização nas abordagens de EDCG entre diferentes atores.
5. Capacita os atores promotores de EDCG para a inovação de forma a integrarem os rápidos desenvolvimentos de contexto, incluindo ao nível da digitalização, nas abordagens de EDCG, de forma a garantir uma mobilização eficaz do público em geral e da juventude em particular.
6. Estimula e desenvolve a capacidade para o uso de instrumentos de educação não formal que têm provado ter relevância acrescida na consciencialização e formação sobre a realidade e problemáticas específica em termos de EDCG, entre as quais se destacam os programas de voluntariado internacional por proporcionarem uma aprendizagem contextualizada, realizada através da experiência vivencial.
7. **Assegure um maior alinhamento entre a ENED e o PA definido e o mecanismo de acompanhamento e avaliação existente**, incluindo a diversificação e ampliação dos indicadores transversais (de aferição da qualidade e do impacto), bem como uma **maior simplificação e adequação do(s) sistema(s) de reporte das ações desenvolvidas**.
8. Mantém o modelo de acompanhamento da implementação da ENED através de uma comissão institucionalmente relevante e plural, capacitada com instrumentos e mecanismos de monitorização e implementação de medidas corretivas com periodicidade adequada aos cada vez mais rápidos desenvolvimentos de contexto.
9. Constitui **uma bolsa de amigos/as críticos/as**, à semelhança do que acontece no GENE, de forma a incentivar espaços de reflexão, conversa e diálogo para uma aprendizagem efetiva com atores diversificados onde a pluralidade das visões se encontrem representadas. Esta bolsa pode ser constituída por pessoas individuais (académicos/as, ativistas, investigadores/as, educadores/as, filantropos/as) ou por representantes de entidades relevantes a nível nacional e internacional (CPLP, PALOP e países parceiros da Cooperação Portuguesa, entre outras).

- ***A Comunicação e a Visibilidade***

A Plataforma Portuguesa das ONGD considera que a construção de uma sociedade mais justa e sustentável assente no primado da dignidade humana depende diretamente dos níveis de

consciencialização e mobilização dos/as cidadãos/ãs para a ação, pelo que a **priorização de uma maior e mais estratégica comunicação e visibilidade numa próxima ENED é de importância vital.**

Uma das recomendações da avaliação final da ENED refere a importância de “ampliar a divulgação da, e conhecimento sobre, a ENED enquanto instrumento político de ED”⁶, sugerindo o reforço da sua introdução nos meios de comunicação social e a criação de um plano de comunicação com ações específicas. Na perspetiva da Plataforma, importa **apostar claramente na introdução dos temas e das abordagens de EDCG no espaço público**, incluindo através da afetação de recursos financeiros próprios para o efeito. Para isso, é importante assegurar que a nova ENED:

1. **Desenvolve um Plano de Comunicação** que promova os princípios e valores da EDCG. Esta procura de visibilidade e reconhecimento da EDCG deve refletir as conclusões da avaliação de impacto realizada, para que o potencial de transformação da EDCG possa estar devidamente alicerçado em evidências, e apresentar à opinião pública uma imagem sólida e consolidada de todo o trabalho desenvolvido até ao momento. Neste sentido, será importante que o Plano de Comunicação dê visibilidade a todo o trabalho desenvolvido ao longo dos anos, incluindo aos vários recursos produzidos ao longo dos anos, e que se fundamente nos mesmos para garantir coerência na informação e sensibilização para a EDCG.
2. Considera, como medida futura de um plano de comunicação, **a realização de uma Campanha direcionada para dar visibilidade no espaço público às causas estruturais dos desafios e das desigualdades globais, ao mesmo tempo que promove pontes e diálogo entre diferentes atores.**

- **Operacionalização da ENED**

A operacionalização da nova ENED deve ser considerada numa dupla vertente: **Educação Formal e Educação Não Formal (ENF).**

Do ponto de vista da **Educação Formal**, é importante salvaguardar que a nova ENED:

1. Se articule com a Estratégia de Educação para a Cidadania, em interligação com as outras “Educações Para” e respetivas estratégias sectoriais, potenciando as especificidades de cada uma

⁶ [Avaliação Externa, Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022](#) - Relatório Final, pp 88.

- delas, tendo como ancora o contributo que a ED tem para a missão e visão estabelecida na Estratégia da Cooperação portuguesa.
2. **Continua a apostar na capacitação de agentes educativos**, tendo por base, nesse incentivo, uma lógica de *Whole School Approach*, como forma de permitir uma abordagem de capacitação mais alargada e integrada na sociedade.
 3. **Reforça e continua a incentivar o trabalho realizado pelas Escolas Superiores de Educação e da ARIPESE** na prossecução da introdução da EDCG nos seus programas de formação e ensino, de forma a consolidar as ações desenvolvidas pelas organizações que promovem iniciativas e projetos de EDCG.
 4. **Continua o reforço da disseminação do Referencial de ED, em articulação estratégica com as ONGD, e outros projetos e/ou iniciativas**, particularmente em centros de formação de professores e em escolas, com a inclusão no Plano de Ação de ações com este propósito, como sendo um documento de referência fundamental de enquadramento da ED.
 5. Interliga as políticas públicas em Educação, nomeadamente a articulação com a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.

Do ponto de vista da **Educação Não Formal**, e atendendo à importância crescente da ENF na transformação e na mudança social, é importante garantir que a nova ENED:

1. Dê um **maior destaque à Educação Não Formal**, quer pelos impactos que as ações de EDCG a este nível geram, quer pelos desafios que a mesma acarreta. Isso implica alargar o número de ações e a diversidade das mesmas nos futuros Planos de Ação da ENED.
2. Realize um estudo de impacto da educação não formal desenvolvida no quadro das Estratégias de Educação para o Desenvolvimento, que inclua o levantamento das práticas de educação não formal e a aferição do impacto junto dos públicos envolvidos em termos da sua visão do mundo e na sua vida.

Considerando as recomendações do estudo *A Educação Não Formal no Quadro da EDCG nas ONGD em Portugal: Potencialidades, Dificuldades e Caminhos de Ação*, promovido pela Plataforma Portuguesa das ONGD e realizado pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, a nova ENED deve, ainda, apontar para a **consolidação do papel e o reforço da ENF na EDCG, no plano político e organizacional**, a partir:

- i) do reforço de medidas que visem e dotem de meios a articulação entre ONGD e entidades subscritoras cuja esfera de atuação incida na ENF;
- ii) da ampliação e diversificação da atuação de ENF na EDCG, com efetivos incentivos à promoção de projetos e ações concretas nos mais variados espaços, incluindo nos espaços digitais;
- iii) da introdução de critérios e lógicas mais sensíveis à natureza particular da ENF da EDCG na próxima ENED.

- ***Programação Orçamental***

A experiência de execução da última ENED 2018-2022 demonstrou que é importante **acautelar a existência de um orçamento global para a implementação das medidas definidas, com previsão estimada para cada Plano de Ação**, particularmente para os mecanismos de apoio à realização de iniciativas entre ESPA, para ações variadas de capacitação das organizações, e para as Jornadas e o Fórum ED.

Assim, é fundamental salvaguardar que a nova ENED:

1. Contempla a existência de um **Orçamento Global** para implementar o Plano de Ação, as Avaliações e outro tipo de ações estruturais para a execução da política, tais como a criação de um plano de comunicação, a elaboração de *policy papers* e/ou estudos relevantes, etc.
2. **Garante a continuidade do funcionamento do Secretariado da ENED e do modelo de gestão para o funcionamento da Comissão de Acompanhamento.**
3. Mantém o esforço de robustecer o orçamento da linha de cofinanciamento de Educação para o Desenvolvimento para os próximos anos, tal como sucedeu em 2023, sendo um contributo determinante para o aumento progressivo da APD Portuguesa e para a qualidade da intervenção em matéria de EDCG.
4. Dá continuidade ao caminho que tem vindo a ser traçado e, conforme prioridade da ECP 2030, de consolidar as políticas de EDCG em Portugal através do **aprofundamento dos mecanismos de financiamento das ações realizadas pela Sociedade Civil** – nomeadamente as ONGD, que são as entidades que têm a EDCG no centro da sua missão. Tal significa **apostar em mecanismos de financiamento programático que evitem os constrangimentos de modelos de financiamento com base em projeto e permitam a**

implementação de projetos estruturados de EDCG. A este nível, a Plataforma considera que seria indispensável que o financiamento às ONGD apresentasse uma **maior flexibilidade de gestão orçamental, possibilite o apoio a projetos de longa duração** (através da inclusão de várias fases de execução superiores a dois anos, independentes de novo processo de candidatura) e **contemple a possibilidade de albergar outros modelos de financiamento como Contratos-Programa para execução de ações previstas nos Planos de Ação da ENED**, cuja execução possa ser atribuída às ONGD, pela sua legitimidade, conhecimento e competência nessas matérias. Esta mudança na atribuição do financiamento para projetos e iniciativas de EDCG, será também um contributo para um maior enfoque dos mesmos nas questões de impacto.

5. Mantém o **Mecanismo de Apoio a Iniciativas das ESPA**, com vista ao fortalecimento do trabalho conjunto destas Entidades em torno da EDCG, sendo desenhado e implementado de uma forma colaborativa com as ONGD, enquanto agentes da sociedade civil com atributos, legais, institucionais e técnicos, específicos na área.
6. Mobiliza **outros fundos públicos, por parte de outras entidades governamentais e agências**, para a ENED.
7. **Distingue entre financiamento atribuído exclusivamente para a EDCG e outros mecanismos de apoio não exclusivos à EDCG**, na avaliação e reporte da ENED.